

Pescadores impedidos de devolver ao mar capturas

PAULO FAUSTINO/ACORIANO ORIENTAL

Nova PCP reconhece as especificidades de montes submarinos e cria conselho consultivo para que ilhas como as açorianas

PAULO FAUSTINO
pfaustino@acorianooriental.pt

As regras da nova Política Comum de Pescas (PCP), aprovada ontem por maioria no Parlamento Europeu (PE), tencionam por fim a uma prática, relativamente frequente nos Açores, que é o lançamento borda fora de capturas de peixe indezadas.

Estas rejeições acontecem, na maioria das vezes, pelo facto das espécies não possuírem valor comercial, por terem um tamanho abaixo do que a lei permite ou por ultrapassagem de quota. Com a reforma da PCP, aplicada gradualmente a partir de 2014 e com um horizonte temporal de dez anos, passará a ser obrigatório que as embarcações descarreguem em lota pelo menos 95% do pescado que trazem a bordo, de modo a travar as devoluções ao mar, atendendo aos efeitos negativos a nível da sustentabilidade e económico. Se a medida é boa para os países do Norte da Europa por terem uma pesca 'mono espécie', já para regiões como os Açores será inviável devido ao seu regime de capturas mistas.

A eurodeputada Maria do Céu Patrão Neves diz mesmo que a pretensão da nova PCP "não é possível, é utópica", vaticinando que esta imposição - sendo o aspeto "mais complicado" para a Região Autónoma - não será plenamente cumprida pelos pescadores açorianos, mesmo havendo um incentivo para colmatar eventuais prejuízos da classe. O peixe rejeitado e desembarcado poderá servir para farinhas de peixe ou para a solidariedade social, que é o que se prevê com maior saída para o arquipélago.

Pontos positivos

De qualquer das formas, a deputada europeia afirma que a reforma da Política Comum de Pescas aprovada em Estrasburgo assenta numa base "razoavelmente equilibrada". Isto porque privilegia a sustentabilidade ambiental, económica e social do setor - no pressuposto de que os Estados-Membros devem tomar medidas para terem frotas econo-



Aprovada em Estrasburgo reforma da Política Comum de Pescas, que será aplicada gradualmente a partir de 2014

micamente viáveis sem sobreexplorar os recursos biológicos marinhos -, além de defender a pesca costeira e artesanal e as características próprias das Regiões Ultraperiféricas (RUP), como os Açores.

Neste aspeto sobressai o reconhecimento das especificidades dos ecossistemas biogeograficamente sensíveis, como os montes submarinos em torno das RUP. Não que isso signifique a proibição total da entrada de frotas estrangeiras nas águas açorianas, mas antes classifica estas zonas para serem estudadas por cientistas com vista à sua futura proteção, numa perspetiva de

alargamento até às 350 milhas.

O PE decidiu também que a Zona Económica Exclusiva dos Açores passe a ser definitivamente de 100 milhas e não, como até aqui, a título de regime de exceção. Aproveu ainda a criação de um conselho consultivo para as RUP, onde as regiões insulares mais distantes terão uma voz próxima nestas matérias junto das instituições europeias.

Maria do Céu Patrão Neves e o eurodeputado Luís Paulo Alves consideram que a presente reforma da PCP apresenta um resultado final que vai mais de encontro às pretensões do país e das ilhas, sobre-

tudo pelo melhor equilíbrio que consegue na sustentabilidade da atividade nos domínios ambiental, económico e social. As alterações introduzidas pretendem repor as populações de peixe em níveis sustentáveis, acabar com a sobreexploração do mar e estabelecer possibilidades de pesca baseadas em pareceres científicos.

Ainda pela positiva, o eurodeputado açoriano sublinha a não aprovação das quotas transferíveis, o que "poderia ser trágico", isto se fosse dada a possibilidade de grandes frotas adquirirem direitos de pesca a comunidades que vivem do mar. Pela negativa, Luís Paulo Alves elige o facto do Posei Pescas deixar de funcionar como regulamento autónomo (apesar de reforçado em 50% para as despesas de expedição do pescado), "contrariando o objetivo" de autonomização que se pretendia para outros instrumentos de apoio, de que são exemplo a energia e transportes.

O PE aprovou, de igual modo, as regras para a Organização Comum dos Mercados (OCM) da pesca e da aquicultura, implicando neste caso a informação aos consumidores sobre a arte pesqueira utilizada nos produtos que compram e as zonas de origem das capturas.

Para mais tarde fica a aprovação do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca (FEAMP), orientado para a vertente financeira do setor. ◊



Novas regras para os pescadores açorianos cumprirem

Empresa açoriana exporta peixes para aquários

A empresa Flying Sharks, sediada nos Açores, exportou nos últimos três anos para aquários dos quatro cantos do mundo 10 a 15 mil peixes de diferentes espécies, sem grande valor comercial, que habitam o mar que circunda o arquipélago.

"Neste momento fornecemos todos os melhores aquários do mundo", afirmou Telmo Morato, um dos dois sócios da empresa, acrescentando que, além dos países europeus, EUA, Canadá, Médio Oriente e Japão, a empresa começou este ano a exportar também para a China.

A Flying Sharks, fundada por Telmo Morato e João Pedro Correia em 2008, está sediada na ilha do Faial, contando com instalações em Olhão e Peniche, tem 400 clientes em todo o mundo e um volume de negócios anuais de cerca de 500 mil euros.

Telmo Morato adiantou que, depois de a empresa receber as encomendas, opta por solicitar aos pescadores artesanais açorianos que capturem as espécies, dando-lhes deste modo mais algum rendimento.

Quando os pescadores não conseguem realizar a captura são colaboradores da própria empresa a fazê-lo, uma vez que têm uma licença especial de captura.

"Depois [os peixes] são estabilizados nos nossos aquários. Ficam duas a três semanas até se adaptarem às condições de cativeiro e recuperarem do stress de captura. Depois são embalados e enviados para o destino", referiu.

Segundo Telmo Morato, a exportação do peixe vivo é feito por avião ou barco a partir dos Açores, seguindo os animais em sacos de plástico enriquecidos com oxigénio em caixas de esferovite ou em tanques de água, com cerca de três mil metros cúbicos.

"Nós temos duas metas nos próximos dois a três anos. Uma é participar ativamente na reformulação de dois aquários de grande porte, sendo um deles, que se pode falar, na Alemanha", afirmou Telmo Morato, que gostaria de exportar peixe dos Açores para a África do Sul, Índia, Angola e Rússia. Este ano a Flying Sharks começou a exportar para a China, mercado para onde já foram enviadas duas pequenas encomendas de peixes "sem grande valor comercial nos Açores". "No próximo ano chinês é o ano do Cavalo. Encomendaram-nos uma espécie que tem cara de cavalo para celebrar o novo ano chinês", revelou Telmo Morato. ◊ USA